

Trabalhar em Sociologia, ensinar Sociologia*

João Ferreira de Almeida**

1. Trabalhar em Sociologia

Trabalhar em Sociologia constitui, em Portugal, horizonte recente. Se deixarmos esquecidas uma ou outra precoce tentativa que o Estado Novo impediu de frutificar, ficaremos apenas com uma trintena de anos de experiência, ela mesma referida, numa primeira fase, ao domínio restrito da investigação e do ensino. E ainda assim basta recordar a instituição que entre os anos sessenta e primeiros anos setenta mais longe tentou levar pesquisas do campo sociológico - o Gabinete de Investigações Sociais - para se ter uma ideia do desfavor institucional, bem como da escassez de recursos de todo o tipo que constituíam, por essa altura, a norma.

Às gerações dos primeiros grandes fluxos universitários não só estava vedada a escolha de formação directa no domínio sociológico, como as licenciaturas mais próximas - de que eram exemplo Economia, Direito, História - excluíam cuidadosamente formações complementares nesse domínio. Em contrapartida, pelo menos para aqueles que vinham de camadas sociais sem grandes dificuldades económicas e que detinham algum capital cultural herdado, à entrada fluida e normal na Universidade não se opunham ainda bloqueamentos de natureza institucional. Tão pouco as saídas para a chamada vida activa pareciam problemáticas ou angustiantes.

Mas vivia-se então um contexto em que a Universidade - e a sociedade em geral - tinham recomeçado a fazer-se ouvir. Na primeira, sem se haverem desvanecido os ecos de protestos estudantis contra o apertadíssimo controlo governativo sobre a vida das Academias, simbolizado pelo Decreto 40.900, já a prolongada crise de 1962 mobilizava milhares de estudantes e iniciava um processo que, muito embora com altos e baixos, não voltaria a sair de cena até Abril de 1974.

Nesse contexto de mudança, a reforma Veiga Simão veio criar disciplinas introdutórias às Ciências Sociais em institutos universitários, o que, em situação de tão escassas oportunidades e de tal rarefacção, não deixou de se repercutir

* O texto constitui a introdução ao relatório de cadeira apresentada e defendida em provas de agregação.

** Departamento de Sociologia do ISCTE, investigador no CIES e no ICS.

favoravelmente no incipientíssimo campo sociológico. Ela permitiu, com efeito, recrutar pequenos grupos de docentes e tornar-lhes possível a profissionalização em termos de investigação e de ensino.

O pequeno grupo que se ligou ao ISCEF e ao GIS logo no início dos anos setenta e que viria a reforçar-se e a diversificar-se daí para a frente estava longe de ser homogéneo. Tinha em comum, em todo o caso, algumas características, em boa parte induzidas pelas circunstâncias envolventes.

Desde logo a sua própria fragilidade, feita da diminuta dimensão, da produção reduzida, da escassa possibilidade de difundir e alastrar os resultados da pesquisa.

As marcas negativas virtuais das condições de funcionamento nessa fase prolongavam-se, por outro lado, ao risco de um certo diletantismo. Trabalhar em Sociologia não prometia, então, nem segurança nem carreira. Trilhar esses caminhos tendia assim a ser vivido como vocação, podia mesmo ser glorificado como militância e implicava quase forçosamente alguma distância "aristocrática" ao profissionalismo. Tendência não é fatalidade: mas se eventualmente prevaleceu um ou outro funcionamento desobrigado e auto-avaliativo, é pelo menos certo que estava por essa altura ausente qualquer ferocidade competitiva.

A conjugação do condicionalismo político de censura e de autocensura com a inexistência de financiamentos para pesquisa gerou outro conjunto de consequências entre as quais a insistência em reflexões epistemológicas e metodológicas. Reflectir prolongadamente sobre instrumentos pode resultar em que eles acabem justamente por deixar de ser instrumentos, em que a capacidade efectiva para a pesquisa fique paralisada. Pode ser um aquecimento demasiado longo à espera de participar no jogo. Esse jogo - o confronto com a empiria e o trabalho de campo - só se desenvolveu realmente com Abril, mas felizmente num tempo em que as equipas não tinham atingido ainda demasiada veteranaria.

Uma última característica, favorável esta, foi a de o grupo, logo à partida, pôr em conjunto formações académicas anteriores diversificadas, de alguns dos seus membros terem tido permanências de estudo em diferentes países, de haver também percursos de parcial autodidatismo. É provável que a combinatória de diversidades tenha contribuído, através do cruzamento de perspectivas, para ir resistindo a posturas dogmáticas, ao cantonamento em monismos paradigmáticos e teóricos.

O grupo referido não abrangia, como é evidente, todos aqueles que em Portugal, por essa altura, tentavam aproximações sistemáticas ao trabalho de investigação sociológica. O facto de ele, na sua pequenez, ter tido alguma relevância pioneira é em si mesmo, em todo o caso, revelador do deserto de recursos em que o campo se encontrava.

Vale a pena recordar que o trajecto de obstáculos que a Sociologia ia penosamente percorrendo não era mais benigno para outras Ciências Sociais, mesmo para aquelas - como a Economia ou a História - já com antiga tradição e massa crítica de pesquisa.

Provavelmente com alguma razão, o regime não esperava funcionalidades globais vindas do campo das Ciências Sociais, antes as considerava suspeitas,

ameaça potencial à ordem constituída. Por isso as mantinha vigiadas e anémicas, preferindo-lhes a lógica de aproximações normativas à realidade social. A empiria atropalhava. Não era saudável mexer-lhe muito, nem mesmo com instrumentos teóricos. E se isso se tornava de todo em todo inevitável favoreciam-se então pesquisas desgarradas, postas directamente ao serviço de uma ou outra política sectorial.

Até aos anos setenta, o século XX português não tinha dado suficiente expressão e poder a sectores que, tanto na Europa como nos Estados Unidos, favoreceram a emergência das Ciências Sociais. Foram grupos que acreditaram ser possível resolver a "questão social" desde que se definissem políticas apoiadas em saberes empíricos sistemáticos sobre as estruturas e os processos da sociedade. E que reforçaram a sua presença e influência no imediato segundo pós-guerra, ao gerar-se um movimento de legitimação recíproca entre intervenções do Estado-Providência e pesquisas que pretendiam fundamentá-las.

A imunidade de Portugal a todo esse processo foi tal, que mesmo a viragem dos anos sessenta, sócio-cultural primeiro, política depois, não permitiu mais do que uma outra tímida irrupção em micro-clima isolado, uma ou outra frágil tentativa de afirmar a Sociologia.

A explosão do 25 de Abril de 74 hipertrofiou subitamente a busca de informação sobre o social. Busca em si mesma exaltante, ela veio revelar com crueldade a pobreza, a insuficiência, do que realmente sabíamos sobre o nosso presente e o nosso passado comum. Claro que as novas solicitações, bem como a dinâmica que do interior do campo se foi imprimindo à Sociologia, eram incapazes de gerar respostas imediatas. Mas foram induzindo pesquisas cujos resultados, a pouco e pouco disponíveis, realimentam todo o processo de desenvolvimento disciplinar.

Entre as condições desse desenvolvimento estão certamente as procuras que se lhe dirigem. Aí se incluem aquelas mais estritamente profissionais que, com todas as medições, parciais opacidades e desfasamentos temporais de maior ou menor importância, sempre vão orientando e reorientando o tipo de formação académica e a afluência aos cursos que a ministram. Incluem-se igualmente, por outro lado, procuras de outro género, como as que resultam de climas de diferenciada receptividade mais geral e se traduzem, por exemplo, na compra de livros, de revistas, de jornais, contendo produtos do campo disciplinar.

O grande abalo de Abril transportou, como se sabe, algumas ressacas. Uma delas foi a que se seguiu ao consumo aparentemente indiscriminado de todas as obras que se referissem à sociedade, à sua estrutura e funcionamento, aos seus problemas. A acentuada quebra de procura posterior acompanhou, é claro, o declínio geral de interesse que se seguiu ao período de confronto intenso e de forte incerteza no futuro. Mas também terá tido a ver com a falta de qualidade de grande parte da oferta, frequentemente irrelevante e vacinadora, quando não situada mesmo no terreno da fraude.

Passado tanto tempo sobre a efervescência dos anos setenta e sobre os seus mais directos efeitos, valeria a pena reavaliar hoje o estado deste tipo de procuras

mais difusas, mais tradutoras de climas razoavelmente estáveis de receptividade ou de indiferença.

Na impossibilidade de o fazer, não quereria em todo o caso deixar de referir um indicador testado em pesquisa recente sobre valores e representações das classes médias urbanas em Portugal¹. No questionário propunha-se um enunciado global e esquemático identificador das Ciências Sociais bem como dos seus objectivos genéricos: o conhecimento fundamentado do modo como a sociedade funciona que serve de instrumento para melhorar as relações entre as pessoas e a organização da vida social. A par de tal enunciado surgiam outros, remetendo para diferentes tipos de investigação científica e ligados também a certos objectivos. Pedia-se aos inquiridos que avaliassem o conjunto hierarquizando a importância dos objectivos e das pesquisas associadas.

Os resultados colocaram as Ciências Sociais em terceiro lugar, logo a seguir à pesquisa em matéria de saúde e à que se dirige à qualidade do ambiente. Elas figuraram como prioritárias relativamente à investigação referida à eficácia dos sistemas produtivos, à exploração do espaço, à defesa e segurança, à melhoria energética.

Embora a evidência empírica diacrónica disponível seja insuficiente para sustentar conclusões firmes, outros estudos pouco mais recuados no tempo confirmam avaliações positivas e razoavelmente alargadas em relação à actividade científica em geral. Talvez não seja assim demasiado arriscado admitir algum aumento de sensibilização e de receptividade dos portugueses para essa actividade, o que, a verificar-se, poderia revelar novas potencialidades na articulação da cultura científica com o sistema simbólico mais geral e mais partilhado. A Sociologia, as Ciências Sociais, teriam provavelmente aí um papel significativo.

Falar de senso comum corresponde, já se sabe, a uma simplificação, vista que ele não é imóvel e unitário, antes se desnivela em distintos e evolutivos saberes, eles próprios ligados a distintos meios e a distintos portadores. O que se deixa em todo o caso sugerido, sem se chegar à utopia da Cidade Científica ou da inteira convergência - de resto certamente impossível e provavelmente indesejável - é que as consonâncias parciais do senso comum com a atitude científica contribuem para a escolha colectiva informada, para a cidadania.

Essas consonâncias criam também, por outro lado, terreno favorável a procuras especificamente profissionais dirigidas ao campo científico. Mas para que a procura de produtos profissionais se desenvolva existem, naturalmente, outras condições. Entre elas, e desde logo, a da visibilidade da disciplina, a do prestígio que lhe possa ser atribuído, a da revelância que lhe seja reconhecida. A respeito da Sociologia, sem se poder ter por inteiramente cumprida nenhuma dessas condições, é em contrapartida claro que se está perante situações de evolução muito rápida e muito aberta sobre o futuro.

Os novos saberes disponíveis não se tornam imediatamente visíveis aos olhos dos potenciais candidatos à sua utilização e aproveitamento. A juventude da disciplina em Portugal faz que ela só agora comece a poder afirmar socialmente a sua relevância. Os próprios sociólogos, em particular os mais jovens, precisam

também eles de tempo para auto-avaliar as suas competências específicas, para encontrar e até para inventar inserções profissionais adequadas, num mercado em mutação acelerada e sem lugares reservados. Mas a plasticidade e a mobilidade de novos lugares são em si mesmas vantajosas para a afirmação profissional de sectores mais ou menos distantes dos nichos visados pelas formações universitárias tradicionais.

A evolução recente é isso mesmo que confirma, já que vão aumentando a variedade e o volume das oportunidades de emprego efectivamente aproveitadas pelos sociólogos enquanto tal, e que se encontram nas autarquias como nas empresas, nas instituições centrais do Estado como na profissão liberal. Parece pois irreversivelmente ultrapassado o período da primeira ocupação de terreno, em que o horizonte profissional se circunscrevia à investigação universitária e ao ensino.

Por razões demasiado conhecidas, os anos de ouro da Sociologia não puderam ser em Portugal, como foram noutros países, os inevitáveis anos sessenta. Talvez esses anos de ouro estejam a começar agora. Mas mesmo que assim seja, nenhuma condenação à decadência posterior se pode ter por decretada, não se seguirá declínio forçoso. A aceitação e o crescimento prolongado do campo exigem, contudo, a superação de alguns falsos dilemas, bem como o aprofundamento de certas dimensões do trabalho profissional.

No âmbito dos debates, que também em Portugal já vão acontecendo, em torno dos perfis sociológicos desejáveis, é provável que a questão mais recorrente seja a do par generalismo versus especialização.

Os defensores da necessidade de especialização vêm dizer, no essencial, que de técnicos de ideias gerais está o mercado cheio. A credibilidade da formação e da intervenção sociológicas dependerá de capacidades técnicas diferenciadas, elas próprias só permitidas pelo conhecimento aprofundado - e portanto circunscrito - de certos instrumentos e de certos segmentos empíricos do social. Engano, responderão os generalistas. Ao perder uma perspectiva global sobre a sociedade o sociólogo perde precisamente a sua vantagem comparativa no mercado dirigido às Ciências Sociais. Vai intrometer-se, ainda por cima com competência menor, em terrenos já ocupados por outros especialistas, deixando de dar contribuição positiva e insubstituível para que o devia encaminhar a sua própria formação.

Falso dilema? Julgo que sim. Do generalismo é certamente preciso evitar algumas manifestações que desacreditam as posturas profissionais e científicas, dissolvendo-as em moles conversas que se limitam a reter o calão disciplinar. Não faltam exemplos dessa tentação de falar sobre tudo sem qualquer estudo fundamentador prévio, através da cumplicidade acolhedora dos meios de comunicação social. Procurar ansiosamente nichos de especialidade, tão pouco partilhados quanto possível, pode facilmente, por outro lado, conduzir a becos sem saída. A rigidificação de conhecimento afunilados e dos eventuais títulos que os consagram está, com efeito, nos antípodas do que o mercado exige em épocas de rápida mudança. Corre-se ainda o risco de ver tais conhecimentos obsoletos mesmo antes da sua aplicação.

A alternativa é falsa porque os saberes profissionais não-de transcrever-se num continuum de capacidades diferenciadas em que perspectivas globais e conhecimentos específicos não têm por que opôr-se, antes devem complementar-se, constituir condição de recíproco desenvolvimento e traduzir, no seu conjunto, a riqueza do campo.

Próxima dessa falsa oposição entre generalistas e especialistas, parcialmente sobreposta a ela, costuma aparecer uma outra que distingue rigidamente a Sociologia dita académica, de investigação, da Sociologia prática, aplicada, profissional. É curiosa esta demarcação entre "puros" e "impuros", que alguns cultivam mais ou menos envergonhadamente como sinal de distinção, enquanto outros criticam aceitando-a, e pondo também orgulho no lugar da barricada em que admitem encontrar-se.

Parece evidente, no entanto, que componentes de análise cientificamente informada devem fazer parte da mais aplicada das aplicações, como a construção de instrumentos adequados ao estudo empírico constitui condição de vida para a mais abstracta das teorias. Ainda aqui se vai ganhando consciência de que em todos os níveis de actividade sociológica é impossível prescindir do simultâneo aperfeiçoamento de saberes teóricos e saberes operatórios. A qualidade e a competência da intervenção profissional passam assim, necessariamente, pela interacção consciente dos diversos níveis, dos diversos agentes, das diversas instituições.

Era do lado da lógica institucional que tendia a surgir uma outra forte dificuldade à progressão do campo sociológico. Uns anos atrás, por ocasião do 1º Congresso Português de Sociologia, lembrava eu a ironia da história que consiste em que o sectarismo se instale com tanto maior convicção e pertinácia quanto mais diminutos são os grupos desavindos, quanto mais urgentes os entendimentos e mais necessária a articulação de esforços. Os pequenos feudalismos, os fraccionamentos irredutíveis com origem institucional, ou regional, ou ideológico-política, acrescentam capacidade paralisadora e carácter ridículo sempre que se inserem em comunidades científicas e profissionais de dimensão exígua. Entretanto, neste curto lapso de tempo a situação melhorou, em parte, talvez, pelo próprio aumento dessa dimensão, mas também provavelmente por efeito da intervenção pluri-institucional e integradora da nossa actividade associativa.

A superação de obstáculos à afirmação mais positiva da profissão passa, com toda a certeza, pelo aprofundamento de diversas dimensões ligadas ao seu exercício.

Uma dessas dimensões diz respeito à cultura profissional, entendida como conjunto consistente de representações sobre a actividade, sobre os seus objectivos, condições e procedimentos, que serve de referência orientadora aos sociólogos eles próprios, ao mesmo tempo que vai produzindo identidades exteriormente reconhecíveis.

É necessário deixar para trás inocências deontológicas do tipo da que já se mencionou e consiste em dar do sociólogo a imagem de alguém que - do lugar profissional - está sempre disposto a falar de tudo sem preocupação de fundamentação nem de pesquisa prévia.

A fonte provavelmente mais abundante de perversões do âmbito deontológico localizar-se-á, em todo o caso, no tipo de relações que a profissão estabelece com o poder. Relações tanto mais complexas quanto o poder - as suas formas, os seus mecanismos, os seus protagonistas - não constitui apenas elemento de contexto, mas é igualmente um dos objectivos privilegiados de análise sociológica.

Estará em perda de velocidade a atitude defensiva que, ao limite caricatural, impediria de corresponder a qualquer procura por sempre se ver considerada intromissão no reservado e inalienável privilégio de serem apenas os sociólogos a definirem as questões merecedoras de atenção. A atitude traduzia o receio de que a formulação de quaisquer pedidos provenientes do exterior já contivesse germes contaminadores das respostas possíveis, e por aí se distorcia o entendimento do que pode e deve ser a autonomia científica e profissional.

A auto-contemplação excessiva, que sem surpresa e apesar de tudo com um ou outro efeito benéfico, marcou a fase infantil da afirmação do campo sociológico, vai sendo substituída por aquilo que constitui, de alguma maneira, o seu oposto. Aparecem, com efeito, visíveis sinais do "síndrome de Zelig", da tentação que assalta o sociólogo de se parecer sempre com o interlocutor, ou seja, de responder às procuras com colagem total a desejos adivinhados, transmutando a análise em mera justificação. Em parte reactiva a anteriores inibições já se vê que essa atitude não é menos nociva à afirmação deontológica e profissional.

Os pedidos, as procuras, são necessariamente suscitados a partir da visibilidade de problemas sociais. A primeira intervenção dos saberes profissionais consiste justamente em reorganizar tais pedidos de modo a permitir as subsequentes análises teórico-empíricas que conduzam a resultados cientificamente fundamentados e socialmente relevantes. É em todo esse conjunto de operações de transformação, e só nele, que se insere a autonomia do campo sociológico e se revela a sua especificidade.

Se as associações científicas e profissionais que nasceram nestes últimos anos têm ajudado a abater barreiras entre instituições e espaços antes incomunicáveis, têm facilitado contactos internacionais de maneira a romper isolamentos herdados, elas são também susceptíveis de contribuir para desenvolver, difundir e fixar a cultura profissional.

O prestígio e a eficiência dessa cultura dependem de ela se dotar, em simultâneo, de plasticidade e de consistência, de explorar sistematicamente a pluralidade de caminhos sem perder a sua função unificadora e identitária.

2. Ensinar Sociologia

O modo como se trabalha em Sociologia, a variedade das suas inserções, as características da sua cultura profissional estão necessariamente presentes no ensino da disciplina, algum tipo de influência exercem sobre os conteúdos, as pedagogias, os objectivos desse ensino.

Entre nós, como se sabe, só foi possível desenvolver graduações e pós-graduações depois de 74, o que significa que durante toda uma primeira fase, a criação

de cursos teve de coabitar com a inexistência de um verdadeiro campo profissional em qualquer das suas vertentes significativas. Por essa altura, o que havia a fazer era analisar experiências de outros países, tentar transposições adaptadas, exercitar a criatividade dos primeiros protagonistas da docência, aproveitar a diversidade das suas formações e percursos. Às dificuldades de pretender criar um ensino inaugural de qualidade com escassez de todos os recursos juntavam-se as instabilidades e incertezas duma sociedade liberta dos antigos constrangimentos e à procura de si própria. A repercussão na vida universitária dos embates e das transformações que iam ocorrendo era tanto mais viva quanto a Universidade fora - e ainda que com menos importância relativa continuava a ser - um dos lugares sociais de protagonismo cultural e político.

No quadro global de juventude do ensino sociológico em Portugal o ISCTE chega a fazer figura de veterania. Logo após Abril pôde criar formalmente a sua licenciatura. Mas já antes existiam as Ciências do Trabalho, nome possível para conteúdos que se pretendiam transmitir e que tinham certamente a ver, alguns deles, com as disciplinas sociológicas.

O curso foi sendo experimentado, corrigido, adaptado às novas situações. A configuração actual retraduz uma história mais ampla, feita do cruzamento de constrangimentos internos à instituição universitária, de evoluções na prática científica e profissional da disciplina, de pressões e solicitações sociais no plano económico, cultural, político, bem como da sua leitura e interpretação pelos responsáveis académicos.

De todas estas dimensões importa agora apenas fazer breve referência ao campo científico em que a Sociologia se inclui, prolongando um pouco o que antes se deixou proposto acerca das questões ligadas à cultura profissional tomada no seu sentido mais amplo.

Quando se fala de crise da Sociologia - e fala-se talvez demasiadamente - ficam envolvidas nesse diagnóstico não apenas as dificuldades de afirmação profissional do campo, mas sobretudo as da matriz teórica disciplinar que constitui a referência básica de todos os níveis desse mesmo trabalho profissional.

As apreciações são conhecidas. Esquemáticamente, à antiga crítica proveniente no essencial de sectores das chamadas ciências duras, que apelidavam pré-paradigmática a investigação dos cientistas sociais, veio juntar-se a avaliação negativa daqueles que retiram do descrédito sofrido pela adesão incondicional a um paradigma unitário a ideia que é todo o campo que com esse descrédito sossobra.

Parece indispensável não perder de vista, porém, ter a Sociologia sempre sido no passado, e ter certamente destinada a continuar a ser, uma formação científica pluriparadigmática, no sentido de que não dispõe de apenas um corpo central de teorias coerentes que comande a pesquisa. A existência de divergências, ou até de oposição insanável entre grandes teorias disponíveis conduziu a alguma emulação e enfrentamento, nem sempre produtivos, ao longo da história da disciplina. Escolhia-se um campo e ficava-se nele, por vezes com críspação ortodoxa bem distante do espírito científico. Havia também quem julgasse escapar ao apelo contraditório das ortodoxias através de opções estritamente empiristas e operacio-

nalistas, mas esquecendo que é impossível ilidir elementos implícitos de teorias do social no accionamento da pesquisa, e que são ainda tais elementos que, ao sugerir as perguntas dirigidas à realidade, acabam por condicionar o tipo de respostas obtidas.

Por outro lado, razões institucionais e de poder, muito mais do que razões ligadas a desenvolvimentos propriamente científicos, levaram com demasiada frequência a que se construíssem fortificações ao longo de artificiais fronteiras disciplinares no interior do campo das Ciências Sociais. Trata-se duma herança com que nos defrontamos, mesmo que nada justifique tal entrincheiramento.

Finalmente, outro grave bloqueamento à progressão do conhecimento sociológico tem por origem a inocente ou perversa amnésia da génese, ou seja, a ignorância da história da disciplina, das aquisições do passado, das contribuições vivas e produtivas de pais fundadores e das correntes que iniciaram. Nalguns casos tal amnésia constituirá meio de exorcisar antigas fidelidades: é visível, com efeito, o empenho de alguns orfãos de paradigma em brandir a última moda conceptual, em abrir portas abertas clamando novidade. De qualquer modo não há valor acrescentado nessa permanente circulação de conceito para conceito, de método para método, ora elevados a chave de todas as fechaduras, ora abandonados por inúteis mas de facto à espera de inevitável retorno.

As heranças de uma campo disciplinar, o seu estado num certo momento, contêm necessariamente e em simultâneo obstáculos e potencialidades. Enunciá-los pode servir para tentar contornar as primeiras e desenvolver as segundas, nomeadamente no contexto dos problemas postos pelo ensino, lugar específico de tratamento de tais heranças.

Elemento central de qualquer disciplina científica é certamente a sua capacidade cumulativa, as aquisições de aprendizagem feita através das múltiplas e mais ou menos dispersas pesquisas, da resolução de problemas, dos desenvolvimentos propriamente teóricos. A cumulatividade depende, claro, de uma pluralidade de condições, que vão da intensidade e tipo de estímulos exercidos pelo envolvimento social mais amplo, até aos elementos internos ao campo científico, como os que respeitam ao real enraizamento empírico da investigação ou à comunicabilidade e discussão permanente de teorias, de métodos, de resultados. E nesse plano se inclui ainda a disposição de recusar o eterno retorno característico de todas as modas, questão particularmente crítica nas Ciências Sociais, não apenas pelas razões já aduzidas, mas também porque essas ciências estão mais expostas à sedução mundana e aos seus efeitos.

A questão fronteiriça, que se costuma pelo lado positivo enunciar usando termos como pluridisciplinaridade, é por definição uma questão nunca resolvida e difícil, sobretudo nas suas formulações mais exigentes. Tempos houve em que se julgou poder resolver o problema das fronteiras à maneira imperial, isto é, precognizando a invasão, a ocupação e a anexação de territórios vizinhos por potências disciplinares a que se atribuiu mais força e melhor apetrechamento. Tempos houve, também, em que imperavam receios de contaminação, em que o fechamento corporativo e defensivo era a norma. A Sociologia terá, num ou outro momento,

jogado qualquer desses jogos. Hoje tais tendências parecem, de qualquer modo, definitivamente ultrapassadas. Com maiores ou menores protagonismos práticos tornou-se nítida, na verdade, a consciência de que boa parte dos mais promissores desenvolvimentos científicos virtuais se encontram em espaços temáticos de pertença disciplinar indecisa e que não respeitam só, de resto, ao terreno das Ciências Sociais. Por outro lado, é inequívoca a produtividade de cruzar interrogações, formulações conceptuais, caminhos críticos de investigação, resultados de pesquisa com proveniências diversas.

À circunstância portuguesa não se pode só atribuir inconvenientes no que respeita ao desenvolvimento das Ciências Sociais. Para reforçar atitudes de abertura terá contribuído a longa censura que se abateu sobre o campo. Mas também a diminuta dimensão da nossa embrionária comunidade científica - que em si mesma é obviamente limitativa - a obrigou e a obriga, em contrapartida, à extroversão. Em contraste com o fechamento espontâneo ou cultivado de áreas científico-culturais mais amplas, nós não temos na verdade outro remédio senão ir buscar a tradições exteriores aquilo que elas produzem de fecundo.

Os caminhos da Sociologia serão, em suma, os da construção de programas de pesquisa teórica e empírica que se preocupem com a cumulatividade das aquisições do campo. Programas que, sem ceder terreno a incoerências ou inconsistências internas, se mantenham abertos a trocas disciplinares e procurem contributos onde se revele rendimento instrumental, sem obediência a tradicionais modelos de pronto a pensar. Programas, finalmente, que abandonem as trincheiras do antigo pluriparadigmatismo de combate e o transformem, quer em pluriparadigmatismo de convivência, quer em transparadigmatismo operacional.

As preocupações enunciadas têm forçosamente de se transcrever na organização dos cursos de Sociologia e no seu atento acompanhamento, por forma a irem sendo adoptados ajustamentos e reformulações que a evolução das coisas aconselhe. Sabe-se que tal transcrição nunca é, no entanto, directa. A pesquisa e a construção científica, por uma lado, os caminhos da afirmação profissional e a sondagem dos seus futuros, pelo outro, não se transformam sem mais, magicamente, em bom ensino. Há que dizer, de resto, que a espessura própria da dimensão pedagógica fica muitas vezes ignorada no ensino superior. Autodidatismo feito de experiência e empenhamento continua a ser, em geral, o que de melhor se pode esperar aí, mas está também difundida uma ignorância inocente partilhada por todos os que admitem implicitamente a existência de um continuum sem sobressaltos entre saber e fazer saber.

A licenciatura em Sociologia organiza-se para ensinar essa disciplina científica, os seus saberes específicos. Com ela ensinam-se, pelo menos a nível introdutório, conhecimentos de outras proveniências no campo das Ciências Sociais, que se pensa poderem utilmente complementar a formação, desdobrar perspectivas, enquadrar temas relevantes. No currículo global retêm-se, ainda, elementos respeitantes a dimensões epistemológicas que ajudam a criticar o conhecimento sociológico, no sentido de lhe situar potencialidades e limites, bem como os que respeitam a protocolos e procedimentos instrumentais convocados pela disciplina

como métodos e técnicas que lhe são próprios. Finalmente, mas agora muitas vezes na ausência de qualquer pedagogia intencional, são inculcadas atitudes profissionais e deontológicas, ou seja, ajuda-se a criar disposições, referências, valores, a respeito do que pode e deve ser trabalhar em Sociologia. Todo o conjunto curricular, com os saberes explícitos e informais que confere, é naturalmente certificado por diploma, condição inicial de acesso legitimado à profissão e às suas competências.

Durante uma curta fase, situável na segunda metade dos anos setenta e início dos oitenta, a resultante global do funcionamento da licenciatura do ISCTE ia no sentido de privilegiar uma lógica de preparação para a investigação e o ensino. Outras formas virtuais de inserção profissional ficavam ignoradas, na verdade, enquanto objectivo da prática docente dominante. Essa resultante nem sequer seria totalmente consciente. Ela decorria, por assim dizer de modo natural, da conjugação da inexperiência e da ausência de perspectivas claras sobre o que poderia ser a profissionalização sociológica em Portugal, com a postura dos docentes, que tendia a prolongar simplesmente o seu próprio estatuto como único imaginável e assim produzir estudantes à sua imagem e semelhança.

Vários factores ajudaram a mudar essa situação de partida.

Desde logo o alargamento e a heterogeneização do corpo docente. Com a geração fundadora passaram a conviver outras gerações, as mais jovens já formadas no país e portanto capazes de ver e de avaliar a licenciatura também do outro lado, isto é, à luz da memória recente dos seus percursos estudantis. Quer a diferença de escala, quer a nova heterogeneidade, levaram a reflectir de modo eficaz sobre estruturas curriculares, objectivos de ensino, modelos pedagógicos.

As novas gerações de estudantes estão igualmente a contribuir para a mudança. Vive-se um período em que à incerteza global sobre as oportunidades de emprego se soma, no caso da Sociologia, a necessidade de continuar a criar visibilidade e prestígio. Mesmo sabendo que o apertado funil do *numerus clausus* explica as concentrações à porta da Universidade, o enorme crescimento na procura da licenciatura em Sociologia do ISCTE não deixa de revelar expectativas, ao mesmo tempo que cria responsabilidades no corpo académico da Escola. Se os estudantes se preocupam com as saídas profissionais, tal preocupação tem naturalmente de ser partilhada pelos docentes, nas suas diversas implicações.

Outro elemento relevante para a alteração do contexto diz respeito à progressiva acumulação de licenciados. Portadores de experiências cada vez mais diversificadas de inserção profissional, interessados, muito deles, em manter contactos, trocar experiências, assegurar reciclagens, esses sociólogos dinamizam igualmente associações científicas e profissionais cujo impacte crescente se deixou já mencionado.

Esses factores, por assim dizer internos à reprodução do campo sociológico mas também evidentemente estimulados ou refreados por dinâmicas exteriores, modificaram com rapidez a lógica dominante do ensino.

Cedo se foi passando, como ficou sugerido, da postura em que a Sociologia era vivida como vocação, era um pouco marginal e heróica, para a normalidade da

imagem de uma profissão como as outras e em vias de crescimento plurifacetado. Passou-se a levar a sério, na sequência de tal transformação, a necessidade de prescrutar futuros, de sondar e de contribuir para concretizar mercados potenciais, de gerir os resultados dos exercícios prospectivos, de explorar eventuais vantagens comparativas da formação sociológica.

Às consequências de tudo isso no plano pedagógico soma-se, no particular ambiente do ISCTE, o facto de aí conviverem Ciências Sociais e Ciências Empresariais e de Gestão. Dir-se-á, e com razão, que os efeitos de abertura e de troca gerados por tal convívio têm sido lentos na manifestação e limitados, por ora, na abrangência. Nem por isso a qualidade e a densidade de distintas formações científico-profissionais têm deixado de cruzar perspectivas e propiciar equilíbrios, benéficos quer a estudantes quer a docentes do Instituto.

Outras questões que se põem no modo de organizar a estrutura curricular e o funcionamento da licenciatura são de natureza mais genérica, embora também aqui se manifeste a influência das conjunturas e o constrangimento dos recursos disponíveis.

Está fora de causa, neste contexto, ir além de uma ou outra observação de carácter muito geral que valha pelo seu carácter ilustrativo.

Veja-se o exemplo da contraposição entre os que identificam ensino universitário com alto nível de formação teórica, insistindo na sua valorização, e aqueles que, pelo contrário, consideram prioritária a preparação prática, virada para o tratamento de problemas que o funcionamento profissional costuma colocar. É claro que se enuncia assim uma polarização simplificadora, cujo mérito reside essencialmente na cómoda menção a tendências, a ênfases diferentes postos nos objectivos visados pela formação universitária. Referencia-se a discussão recorrente, na Universidade e fora dela, sobre para que serve essa formação, como se faz, como deve ser feita. O uso difundido da expressão "questão académica" - denotando a irrelevância de um problema, o prurido e a perda de tempo em torno de coisas insignificantes - contem a crítica implícita que genericamente se faz à Universidade, à sua suposta distância aos problemas reais, à sua suposta incapacidade para os resolver.

Sejam quais forem os fundamentos dessa desconfiança, cuja maior ou menor razão terá de ser sempre, de resto, avaliada em situações concretas, convém à partida afastar a ilusão de que ao sair as portas da Universidade o recém-licenciado possa já dispor de um completo equipamento de pronto a servir profissional. A preparação para a variedade de trabalhos profissionais em conexão com uma formação científica é, com toda a evidência, algo de complexo que se prolonga na experiência da vida activa.

Convém por outro lado afastar igualmente a ideia, cuja receptividade é mais ampla do que se poderia suspeitar, de que a teoria remete para um mundo fechado que a si próprio se justifica. Tal como o conjunto limitado de regras da língua permite a infinidade dos actos de fala, também a teoria gera disponibilidade para enfrentar problemas variados e aparentemente desconexos.

Recordar o carácter instrumental da teoria - bem como, ainda mais obviamente, dos métodos e técnicas utilizados num quadro disciplinar - corresponde assim a salientar a importância da sua aprendizagem precisamente como condição da plasticidade e da eficiência profissionais.

As repercussões em termos de ensino do debate, já antes mencionado, entre generalistas e especialistas, serve de último exemplo a sugerir um brevíssimo comentário.

Constitui certamente algo de desejável afectar a selecção das sociologias especializadas que constituem unidades lectivas do curso, de acordo com o que se vai revelando mais adequado em termos, quer da procura pelos estudantes, quer da procura real e virtual no mercado. Do ponto de vista propriamente pedagógico, no entanto, essas diversas unidades devem ser consideradas, acima de tudo, pretextos de aprendizagem e de aplicação da Sociologia, no singular. A propósito de temas específicos e a benefício do conhecimento de sub-tradições disciplinares com histórias parcialmente autónomas, ensina-se Sociologia. A tentação de afunilamentos e especializações precoces servidas ao longo da graduação, ainda por cima num contexto social em que reconhecidamente a evolução de solicitações do mercado é rapidíssima, o provável é que conduza a uma formação ridigificada e por isso mesmo ineficiente. Tecnicizar, neste sentido, a licenciatura, ou, para usar uma linguagem mais dura, analfabetizar o curso em nome de aparentes facilidades para a posterior profissionalização, pode assim conduzir a efeitos claramente contraproducentes.

Os equilíbrios que parece desejável preservar não podem então prescindir nem de uma sólida formação no plano epistemológico, teórico e metodológico, nem do aprofundamento de diversas componentes sub-disciplinares relevantes, encaradas sobretudo como ponto de aplicação e ensino de treino, no quadro da aprendizagem global.

Notas

- 1 A pesquisa, subsidiada pela JNICT, utilizou um questionário, instrumento principal de recolha de informação e que foi aplicada, em 1989, a amostra representativa da população portuguesa activa, residente em núcleos urbanos do Continente.